

Doenças oncológicas em notícia: a força da investigação médica

Oncological diseases in the news: the strength of medical research

Olga Magalhães* Felisbela Lopes**, Rita Araújo**,

* Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS), Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho

Resumo

É através dos media noticiosos que grande parte da população encontra informação sobre o campo da saúde. Isso dota o trabalho jornalístico de particular responsabilidade, na medida em que os conteúdos interferem inequivocamente nas perceções sociais. No que diz respeito à cobertura noticiosa da saúde, particularmente na imprensa, os estudos demonstram que os jornalistas não se interessam muito pelas doenças, mas, quando isso acontece, são as doenças oncológicas aquelas que têm uma prioridade substancial no agendamento noticioso.

Neste artigo, procuramos saber de que modo o cancro se torna notícia nos jornais diários portugueses. Para isso, analisámos todos os textos noticiosos publicados no *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* entre 2010 e 2018, ou seja, 1.255 artigos onde são citadas 2.471 fontes de informação. Do nosso estudo salienta-se a força da investigação médica na tematização desta doença e a hegemonia das fontes especializadas como interlocutores privilegiados para transformar este tópico em notícia.

Palavras-chave: Doenças oncológicas, investigação médica, cobertura mediática

Abstract

Most lay people find health information through the media. This is a great responsibility for journalism, since news contents influence social perceptions. Research shows that the media coverage of health, especially in the written press, does not pay much attention to diseases. When that happens, cancer is the most highlighted disease in the news.

In this study, we aimed at understanding how cancer becomes news in the portuguese daily newspapers. In order to do so, we analyzed all the news texts published in *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* and *Correio da Manhã* from 2010 to 2018 - our corpus has 1.255 texts in which are quoted 2.471 news sources. Our analyses emphasizes the strength of medical research in the media coverage of cancer and the power of specialized news sources as the number one source in putting cancer in the news.

Keywords: cancer, medical research, media coverage

Introdução

Os media ocupam um lugar central na forma como a saúde e a medicina são retratadas na sociedade (Hodgetts, 2012). É através dos meios de comunicação social que a população em geral contacta com temas médicos (Briggs 2011; Aston, 1999; Signorielli, 1993), em busca de informação que ajude na gestão da saúde e na prevenção da doença. As notícias de saúde podem influenciar comportamentos, contribuindo para a promoção de hábitos saudáveis, por exemplo, ou informando sobre dispositivos médicos em relação aos quais, de outra forma, o público em geral não teria conhecimento. Assim, torna-se fulcral analisar o trabalho que os jornalistas desenvolvem nesse campo.

Sabendo que as doenças oncológicas são aquelas a que os media noticiosos prestam mais atenção (Lopes, 2013) e também pelo facto de estas se apresentarem como uma das principais causas de morte em Portugal,

queremos aqui conhecer de que modo essa mediatização se constrói, prestando particular atenção à tematização e às fontes citadas. Tendo como objeto de análise a imprensa portuguesa num período que vai de 2010 a 2020, vamos aqui procurar saber se há diferença entre jornais de referência e populares, se a prevenção e os atos clínicos são temas privilegiados e se as fontes especializadas e os pacientes são as vezes mais escutadas a este nível. Para isso, iremos partir de um recorte que soma mais de 18 mil textos para aí estudar apenas as peças que tratam o cancro.

Sublinhe-se que a convivência entre os campos da saúde/medicina e da informação jornalística nem sempre é pacífica. Os media estabelecem quadros de perceção social, criando prioridades através do agendamento que promovem, nomeadamente através da escolha dos temas em notícia ou das fontes de informação com quem contactam. E as fontes de informação, à semelhança do que acontece noutros campos sociais, tentam impor as suas agendas. Esta afirmação é particularmente verdadeira em relação às fontes de informação especializadas. São elas quem, pelo seu elevado grau de especialização, influenciam a opinião pública e exercem poder de agendamento sobre os media (Conrad, 1999, Soleu, 1994 *in* Kruvand, 2012). Os jornalistas que cobrem estas áreas em Portugal não são, na sua generalidade, especializados, o que faz com que sejam dependentes das fontes de informação especializadas. Quando olhamos para as notícias sobre investigação médica, uma das fontes mais citadas são precisamente os jornais médico-científicos. Embora estas pudessem ser boas notícias para o jornalismo de saúde, a verdade é que a falta de especialização dos media acarreta dificuldades quando se trata de interpretar estudos científicos, por exemplo.

Enquadramento teórico

A saúde e os media: o poder das fontes especializadas

Nas últimas décadas, a emergência de doenças infecciosas e o aumento das doenças crónicas vieram reforçar o papel do jornalismo de saúde, na medida em que os media ocupam um lugar social central no retrato destas estórias. A capacidade dos *mass media* em chegar a percentagens significativas da audiência é inegável (Schiavo, 2014: 51). Relativamente à saúde, a comunicação criada com um propósito é fundamental para que exista um ambiente favorável aos assuntos de saúde ou para as determinantes sociais da saúde. Num estudo que tem como objetivo perceber as perceções dos públicos relativamente às notícias de saúde, Eleasa van Slooten e colaboradores asseguram que “longe vão os dias em que as pessoas confiavam apenas no médico de família para receber informação atualizada de saúde” (Slooten *et al.*, 2013: 35). Os mesmos autores referem que os públicos usam os media para os auxiliar com informação médica e de saúde (Slooten *et al.*, 2013: 36). Cada vez mais as pessoas procuram informação de saúde que as ajude a gerir a sua própria saúde e a prevenir a doença (Hodgetts *et al.*, 2005). De facto, “a saúde individual e a sua gestão quotidiana nunca envolveram tanta informação como atualmente” (Espanha, 2009: 3). Myc Riggulsford defende mesmo que o aspeto mais importante numa estória de saúde é a explicação de como é que as pessoas serão afetadas, de que forma é que a estória lhes diz respeito (2013: 56).

Os media são uma fonte de informação importante para a generalidade da população (Schiavo, 2014), sendo mesmo uma fonte primária em temas de saúde ou ciência (Briggs, 2011; Aston, 1999; Signorielli, 1993). Besley e Tanner referem que uma grande quantidade de informação sobre ciência e saúde é

disponibilizada ao público através dos media, e a interação entre os cientistas, os jornalistas e o público está a tornar-se comum (2011: 240). Os media ocidentais continuam, assim, a prestar muita atenção à saúde (Arroyave, 2012; Boyce, 2007), uma vez que esta é transversal a toda a sociedade: “Qualquer um de nós pode ficar doente” (Riggulsford, 2013: 56). Os meios de comunicação social, nomeadamente na sua vertente noticiosa, são, portanto, centrais na forma como a saúde e a doença são percebidas e endereçadas à sociedade, fazendo mais do que apresentar e expor a perceção do público (Hodgetts, 2012). Ao informarem, explicarem e enquadrarem os temas, criam prioridades – através das fontes de informação a quem dão voz, por exemplo, – estabelecendo quadros de perceção social.

No entanto, a convivência entre os campos da saúde e da comunicação nem sempre é pacífica, o que coloca alguns obstáculos aos jornalistas que cobrem este *beat*. No campo da saúde, à semelhança do que acontece noutros campos sociais, as fontes de informação tentam impor as suas agendas no campo mediático. Estabelece-se, assim, uma luta entre as agendas das fontes de informação e a dos jornalistas, sendo que “nem sempre a que tem melhor agenda ou ações mais importantes consegue maior visibilidade” (Santos, 2006: 77). É um facto que as fontes de informação especializadas no campo da saúde influenciam o exercício do jornalismo de uma forma muito marcada. O seu elevado grau de especialização faz com que tenham mais hipóteses de marcar a agenda mediática do que uma fonte proveniente da sociedade em geral, como o cidadão-comum. Dependendo dos assuntos em notícia, o jornalista aprende a conhecer as fontes a quem deve recorrer, quer seja pelo seu grau de especialização, quer pelo seu estatuto social. No caso das fontes especializadas, estas têm o poder de moldar as notícias e influenciar a opinião pública (Conrad, 1999, Soleu, 1994 *in* Kruvand, 2012: 567). As fontes de informação especializadas desempenham um papel crucial no desenvolvimento e construção de uma notícia, na medida em que adicionam perspetiva e equilíbrio à estória (Conrad, 1999), mas também dão dicas aos jornalistas para outras notícias (*in* Tanner & Friedman, 2011: 6).

Devido à natureza técnica da informação de saúde ou ciência e à falta de especialização generalizada dos jornalistas nesta área, os media ficam mais dependentes das fontes desse campo, nomeadamente daquelas com alto grau de especialização (Hinnant *et al.*, 2015: 4). De forma a evitar esta dependência das fontes especializadas, os jornalistas devem apostar na sua própria formação (Araújo, 2017). A este nível, os investigadores e a comunidade médica, parte de uma elite, exercem um inegável controlo sobre a informação de saúde publicada na generalidade dos meios de comunicação (Arroyave, 2012: 207). Entrevistas realizadas a jornalistas de saúde australianos demonstram mesmo que estes veem as comunidades científica e académica como fontes de informação a quem recorrer, mas também como aqueles que podem verificar a “tradução” que o jornalista faz da informação de saúde. Do mesmo modo, os jornalistas entrevistados reconhecem que têm pouca escolha no que se refere a aceitar a autoridade académica, devido ao seu conhecimento limitado do campo da saúde (Forsyth *et al.*, 2012: 134).

Jesus Arroyave nota que as características das notícias relacionadas com assuntos médicos ou de saúde colocam desafios aos jornalistas, na medida em que a natureza complexa da informação requer conhecimento técnico que por vezes está para lá dos conhecimentos do jornalista (Arroyave, 2012: 203). A falta de especialização dos jornalistas que cobrem assuntos relacionados com saúde ou ciência reflete-se, então, na sua escolha das fontes de informação, recorrendo frequentemente a fontes especializadas que “descodifiquem” informação complexa e que sejam simultaneamente credíveis a nível científico. Esta falta

de especialização dos jornalistas coloca-os perante desafios na “tradução” de informação científica (Hinnant *et al.*, 2015: 4).

Prevalece a ideia de que os jornalistas de saúde não confiam nas suas habituais fontes oficiais, antes procuram especialistas que clarifiquem, moldem e ilustrem as suas histórias, para além de darem credibilidade ao seu trabalho (Amend & Secko, 2012: 260). Assim se percebe a visibilidade das fontes com alto grau de especialidade que tanto podem ser de traço humano, como documentais (Magalhães, 2020: 231).

A força da investigação médica face ao interesse (do) público

A sociedade atual demonstra um especial interesse pelos assuntos em torno da investigação médica, como comprovam inquéritos realizados em diferentes continentes – Europa, América do Norte e Oceânia (European Commission, 2014; Nielsen, 2014). Um relatório de 2015 do *Pew Research Center*¹ revelou que a maioria dos norte-americanos expressa um amplo interesse por Saúde/Medicina, bem como por Ciência/Tecnologia, sendo de salientar que sete em cada dez adultos dizem que estão mais interessados em Saúde/Medicina, do que em qualquer outro dos nove tópicos apresentados pelos investigadores (Governo e Política, Desporto, Entretenimento e Celebidades, Negócios e Finanças, entre outros). O mesmo trabalho aponta para o cruzamento que existe entre a Saúde/Medicina e a Ciência/Tecnologia, da perspetiva do público. De acordo com este trabalho, 46 por cento dos norte-americanos que demonstram interesse por Saúde/Medicina também se interessam por Ciência/ Tecnologia. Dados do mesmo centro de investigação referentes a 2017 reiteram a relevância da Saúde e da Medicina, revelando que, no âmbito da Ciência, os americanos estão particularmente interessados na área médica². O panorama europeu é semelhante. O Eurobarómetro concluía em 2014 que os europeus continuam a colocar a área da Saúde e dos Cuidados Médicos em primeiro lugar na lista de prioridades para a Ciência e Inovação Tecnológica (European Commission, 2014). Especificamente em Portugal, 45 por cento dos cidadãos acreditavam que a Ciência poderia contribuir para a melhoria da Saúde e dos Cuidados Médicos (European Commission, 2014). Esta fé depositada na Medicina era transversal a toda a União Europeia. Reiterando os resultados dos estudos da UE, em 2016, o *Wellcome Trust Monitor* publicou um documento no qual abordava a perceção do público britânico sobre a Ciência e a Investigação em Medicina³. Os resultados revelaram que a maioria das pessoas (77 por cento) se assume muito ou moderadamente interessada em investigação médica.

Como a bibliografia da comunicação da saúde amplamente documenta, os media são o principal veículo de informação sobre investigação médica (Hanson, O'Brien, Whybrow, Isaacs, & Rapley, 2017; Lai, Lane, & Jones, 2009; Selvaraj, Borkar, & Prasad, 2014; Smith, Wilson, & Henry, 2005; Viswanath *et al.*, 2008). Aliás, há autores que constatarem até que os próprios profissionais de saúde se informam mais através dos media do que através dos fóruns dirigidos à classe (Lai *et al.*, 2009; Smith *et al.*, 2005; Stamm, Williams, Noe, &

¹ Kennedy, B., & Funk, C. (2015). Public Interest in Science and Health Linked to Gender, Age and Personality. Pew Research Center, December 11. <http://www.pewinternet.org/2015/12/11/public-interest-in-science-and-health-linked-to-gender-age-and-personality>

² Funk, C., Gottfried, J. & Mitchell, A. (2017). Science News and Information Today. Pew Research Center. Retrieved from www.pewresearch.org

³ Huskinson, T., Gilby, N., Evans, H., Stevens, J., & Tipping, S. (2016). Wellcome Trust Monitor Report Tracking public views on science and biomedical research Wellcome Trust Monitor: Wave 3, (April).

Rubin, n.d.). Hanson e colegas vão ainda mais longe, defendendo que as notícias que cobrem Medicina podem ter um efeito dramático sobre o comportamento dos consumidores, sobre o Governo e sobre as empresas da indústria da saúde (Hanson et al., 2017). Esta posição é defendida por outros autores. Recordemos Smith e colegas, que nos lembram o caso do abandono da terapia hormonal de substituição que decorreu no seguimento de uma grande vaga noticiosa (Smith et al., 2005).

No que diz respeito às fontes mais valorizadas no âmbito da cobertura de investigação médica, salientam-se, a nível internacional, os jornais médico-científicos (Lai *et al.*, 2009; Lantz & Lanier, 2002). Embora, numa primeira análise, a seleção deste tipo de fonte pareça constituir um indicador da qualidade do jornalismo, importa reter que, contrariamente aos médicos-cientistas, a maioria dos jornalistas não está treinada para avaliar e enquadrar criticamente os artigos que lê, pelo que a transformação da informação científica para os media convencionais é um dos maiores desafios que esta classe enfrenta. Muitos procuram dar resposta a isso constituindo gabinetes de comunicação para o efeito. Não foram apenas as revistas científicas de alto impacto que seguiram este caminho. Entidades como as Universidades e Centros de Investigação acabaram por fazer o mesmo, embora sejam apontadas críticas à forma como esse esforço está a ser feito. Num trabalho de 2009, um grupo de investigadores deu conta de que os *press releases* que são libertados pelos centros médicos académicos parecem estar a promover resultados de investigação cuja relevância para a Saúde Humana é incerta (Woloshin, Schwartz, Casella, Kennedy, & Larson, 2009). De acordo com os autores, 44 por cento dos *press releases* dos centros médicos académicos avaliados referiam-se a investigação básica, realizada em animais de laboratório, sendo que, desses, 74 por cento reivindicavam explicitamente que as conclusões seriam relevantes para a Saúde Humana; 23 por cento das notas de imprensa referentes a investigação em humanos omitiam o tamanho do estudo e 34 por cento não quantificavam os resultados (Woloshin *et al.*, 2009).

Iaboli e colegas (2010) mostraram num estudo datado de 2010 que a cobertura das Ciências da Saúde pela imprensa generalista (diária e semanal) italiana tendia a ocultar os riscos e a destacar os benefícios das descobertas médicas e a não referir a existência de conflitos de interesses. Os artigos que se referiam a novas abordagens clínicas ou a tratamentos médicos eram particularmente enviesados. Os autores convidaram três médicos para avaliar o equilíbrio científico das notícias em estudo, sendo que os especialistas consideraram que 18 por cento desses conteúdos eram desequilibrados, isto é, as notícias exageravam os benefícios de determinado tratamento, procedimento, teste ou produto médico (Iaboli, 2010). No que diz respeito às fontes, esta equipa constatou que 95 por cento dos artigos identificavam claramente as suas fontes, sendo os especialistas (investigadores, professores universitários...) o grupo mais citado (59 por cento). De assinalar que só 6 por cento das notícias citavam mais do que uma fonte.

A elevada frequência de notícias de saúde que citam apenas uma fonte de informação não nos espanta, sobretudo quando a fonte é altamente especializada, como são os cientistas, nomeadamente os do campo da saúde. Trata-se de uma classe que goza de uma reputação social especial, protegida pelo halo da Ciência em geral, da Medicina em particular e da Academia de forma transversal. Despolitizados e independentes, os cientistas da saúde navegam num plano socialmente superior. Os jornalistas reconhecem o mérito deste grupo de fontes e parecem interagir com ele de forma distinta, selecionando essas fontes mediante a sua reputação e a credibilidade das revistas científicas onde publicam (Blöbaum, 2017, citado em Guenther, 2017). Baseados nas características inerentes ao mundo médico-científico, sustido por mérito e pela revisão

inter pares, os jornalistas confiam nestas fontes de informação, dispensando, por vezes, normas jornalísticas como a verificação e o contraditório.

Contudo, os jornalistas não deixam de nortear o seu trabalho pelos valores noticiosos clássicos. De acordo com Viswanath, os jornalistas que cobrem investigação no campo da saúde atendem a três fatores principais: a credibilidade das estórias e das suas fontes, a relevância do tópico para os leitores, e a importância da disseminação de novas informações (2008). Assim, e apesar do reconhecido poder das fontes especializadas, percebemos que o noticiário sobre investigação na saúde é fortemente orientado para o interesse (do) público.

Estudo empírico

Caminhos metodológicos

De que forma é mediatizada a doença oncológica pela imprensa diária portuguesa? Com esta pergunta de partida, analisámos todos os textos noticiosos sobre saúde publicados nos jornais diários generalistas nacionais *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* entre 2010 e 2018, sendo que os meses de agosto não foram contabilizados por serem por nós considerados atípicos em termos noticiosos. A nossa amostra é composta por 18.807 artigos jornalísticos. Destes, 5.957 falam de doenças e, dentro deste "corpus", 1.255 tratam da doença oncológica, sendo aí citadas 2.471 fontes. É da análise da mediatização do cancro pelos jornais diários portugueses que nos ocuparemos aqui, tendo as seguintes hipóteses de investigação:

- H1. Há uma cobertura diferenciada entre jornais de referência (*Público* e *DM*) e jornais populares (*Correio da Manhã* e *JN*) no que às doenças oncológicas diz respeito.
- H2. Os temas mais valorizados na cobertura do cancro são a prevenção e os atos clínicos.
- H3. As fontes mais citadas são as especializadas e os pacientes.

A maioria das notícias de saúde da nossa amostra dedica-se, de facto, à promoção da saúde (68,3% dos textos são sobre saúde) e não à doença (que ocupa 31,7% do total de textos dedicados a esta temática). Dentro das doenças, nem todas chamam a atenção dos jornalistas. Todavia, o cancro é uma das doenças mais mediatizadas (Araújo, 2017; Lopes et al., 2013), apesar de não ser aquela que mais mata em Portugal. De acordo com os dados mais recentes da Pordata⁴, em 2018 as doenças do aparelho circulatório (onde se incluem, por exemplo, os acidentes vasculares cerebrais) foram responsáveis por 29% das mortes, enquanto os tumores malignos foram responsáveis por 24,6% das mortes. Estes dados motivaram também o nosso interesse pelos retratos jornalísticos desta doença, sendo que pretendemos, com este estudo, perceber de que forma a doença oncológica é mediatizada na imprensa diária generalista portuguesa. Neste trabalho, privilegiamos a análise quantitativa dos dados, centrada na estatística descritiva univariada, recorrendo ao programa de análise estatística de dados *Statistics Package for Social Sciences (SPSS)*. No

⁴ [https://www.pordata.pt/Portugal/%c3%93bitos+por+algumas+causas+de+morte+\(percentagem\)-758](https://www.pordata.pt/Portugal/%c3%93bitos+por+algumas+causas+de+morte+(percentagem)-758) consultado em 18 março 2020

nosso estudo, a análise das notícias de saúde divide-se em dois níveis, sendo que o primeiro nos permite caracterizar o tipo de texto que se publica na imprensa portuguesa quando se fala de doenças oncológicas; o segundo é centrado na análise das fontes de informação citadas. O primeiro nível de análise é constituído pelas seguintes variáveis: *jornal, título, tipo de artigo, motivo de noticiabilidade, tempo da notícia, tamanho e lugar da notícia*. O segundo nível de análise é referente às fontes de informação que analisamos segundo as seguintes variáveis: geografia, tipo de fonte, identificação, estatuto e especialidade médica (quando aplicável). O estatuto das fontes de informação é encontrado a partir de uma tipologia por nós criada e que nos permite saber se estamos a lidar com fontes oficiais, especializadas ou outras.

Olhamos os textos jornalísticos pelo ponto de vista do leitor, uma vez que nos importa avaliar se os textos, nomeadamente a citação de fontes, são construídos de forma precisa e perceptível ao público em geral. Importa ainda referir que o investigador não transporta para a análise dos dados os conhecimentos prévios acerca de determinada fonte, de forma a perceber as falhas existentes.

Leitura dos resultados

Na mediatização da saúde, é um facto que as doenças não são uma prioridade noticiosa: de um universo de 18.807 textos sobre saúde, apenas 5.957 artigos se detêm nas doenças, ou seja, 32 por cento. Não são números hegemónicos. Desse conjunto de textos que aborda uma grande diversidade de doenças, 1.255 detêm-se nas doenças oncológicas, ou seja, 21 por cento dos artigos. Significa isso que, embora a agenda noticiosa não privilegie muito as doenças, quando isso acontece, o cancro é, de longe, a doença mais mediatizada, seguida pela gripe (378), ébola (294), legionela (270) e hepatite (211).

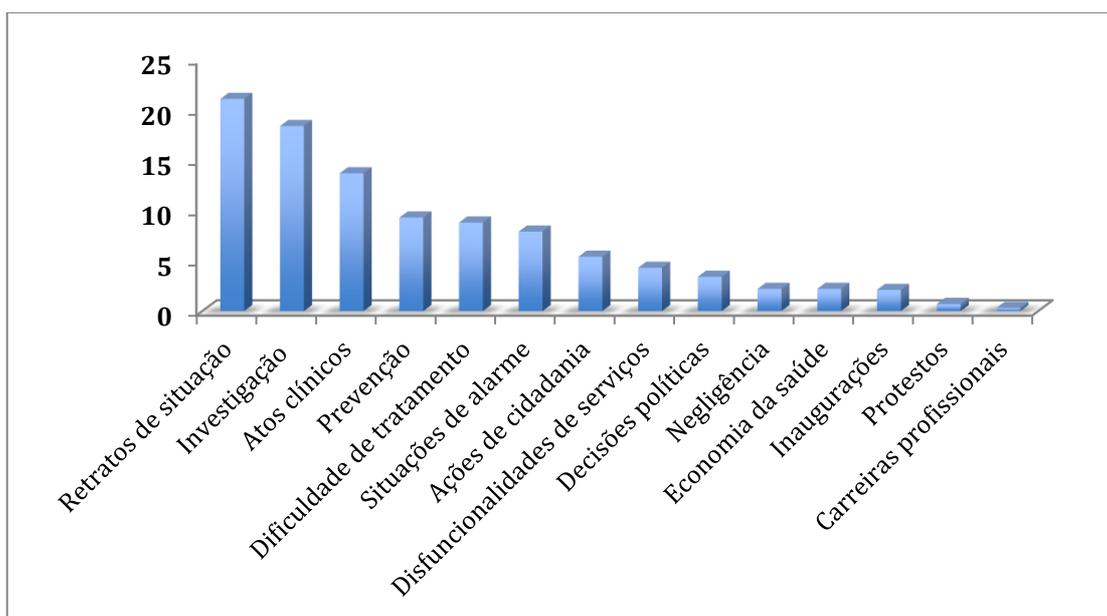
Os jornalistas portugueses dão, pois, uma inequívoca prioridade às doenças oncológicas, não se registando muitas diferenças entre títulos de referência e populares. Percorrendo as diferentes variáveis por nós criadas (tamanho dos textos, géneros jornalísticos, tempo da notícia...), encontramos resultados próximos no *Público*, *DN*, *Correio da Manhã* e *JN*. Poderá, certamente, haver alguns diferenças no registo discursivo de uns e de outros, mas não existem inequívocos traços distintivos no agendamento, na mancha de texto e no género jornalístico escolhidos.

Centremo-nos no tamanho. Quando agenda as doenças oncológicas, a imprensa portuguesa atribui-lhe grande importância. Há um número significativo de artigos que ocupa uma mancha de texto considerável: 34 por cento são extensos, 37 são médios e 29 por cento são breves, ou seja, mais de três quartos são de tamanho considerável. Não é assim nas outras doenças. Se excetuarmos o caso dos surtos/epidemias, nenhuma outra doença reúne tais valores percentuais no que diz respeito à extensão das peças. E essa valorização tem aumentado gradualmente ao longo dos anos. A progressiva atenção noticiosa acompanha o crescimento gradual do número de novos casos, devendo-se esse aumento de incidência também aos ganhos de esperança de vida da população portuguesa. À transformação epidemiológica da oncologia, junta-se o facto de esta ser a segunda causa de morte (a primeira são as doenças do aparelho circulatório) que cada um de nós associa a um quadro de assinalável dor física e desgaste psicológico.

Em termos de agenda noticiosa, os jornais mediatizam acontecimentos diferentes entre si. Este é, aliás, um traço distintivo do jornalismo de saúde em Portugal: cada redação desenvolve uma agenda própria, algo desligada da pressão dos acontecimentos do dia: 40 por cento dos textos fazem um ponto de situação e, se a isso juntarmos os 25 por cento dos textos sem data definida, obtemos uma percentagem de 65 por

cento de artigos noticiosos desprendidos da pressão quotidiana do agendamento. No que diz respeito à tematização, as doenças oncológicas são notícia através de retratos de situação, investigação médica e atos clínicos, três categorias que reúnem 53 por cento da totalidade dos textos. A outra metade dos textos divide-se por 11 categorias. Apesar de não encontrarmos as mesmas peças em diferentes jornais, a imprensa portuguesa valoriza os mesmos temas. Isso significa que certos acontecimentos reúnem, à partida, mais possibilidade de se tornarem notícia do que outros.

Gráfico 1: Tematização das peças noticiosas sobre doenças oncológicas (2010-2018)

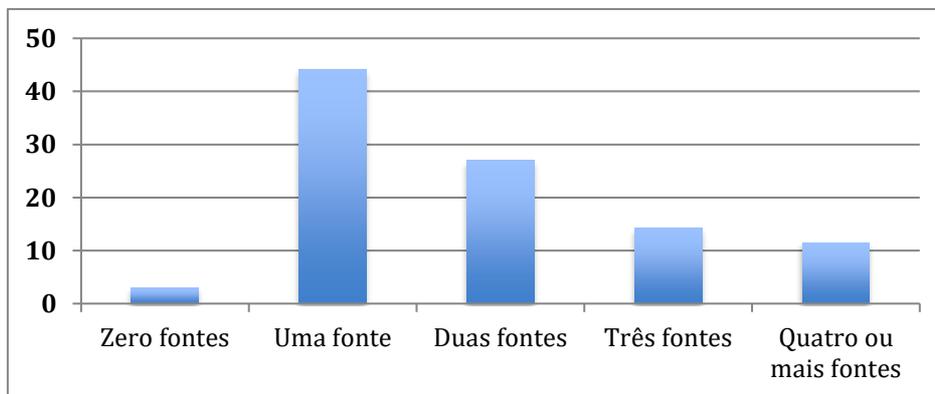


Refira-se que nestas três categorias a investigação médica, apesar de ocupar o segundo lugar em termos de frequência absoluta, sobressai em relação às outras duas categorias, na medida em que, quer nos retratos de situação, quer nos atos clínicos, os jornalistas tendem a ressaltar estudos especializados ou a citar investigadores do campo da saúde. Isso regista-se em todos os jornais. É também a partir daqui que podemos ler parte do tom positivo que as doenças oncológicas reúnem. Considerando a totalidade dos textos, 32 por cento apresentam um título positivo, 24 por cento têm um título neutro e 44 por cento escolhem um título negativo. Para além das decisões políticas, das inaugurações e das ações de cidadania, a investigação médica é o tópico com uma abordagem mais positiva. Hanson e a sua equipa dizem que a imprensa apresenta a investigação médica de forma positiva, “através de uma narrativa simples com três componentes essenciais: inovação, esperança e sobrecarga (*burden*, em inglês)”. Nesta narrativa, dizem estes investigadores que faltará a visão dos pacientes, sujeitos passivos, sem opiniões emitidas (Hanson et al., 2017). Em Portugal não é bem assim, como iremos ver, embora o lado institucional seja muito privilegiado.

Detenhamo-nos, pois, nas fontes de informação. Nestes anos, as doenças oncológicas foram notícia com base em fontes. Apenas 3 por cento dos textos não registam qualquer fonte. Também não há um número expressivo de fontes não identificadas e anónimas: quase 90 por cento das fontes contactadas são

identificadas. O problema começa com o número de fontes citadas em cada artigo noticioso, como se vê no Gráfico 2: 44 por cento dos textos citam apenas uma fonte e 27 por cento citam duas fontes. É uma abordagem muito redutora das doenças oncológicas aquela que a imprensa diária portuguesa faz, porque circunscreve o que mediatiza a um ponto de vista, o da única fonte citada nos textos. Não deveria ser assim. Cada peça ganharia muito em apresentar pontos de vista diversos (citando várias fontes). O jornalismo prevê isso nos casos de conflito/discordância, tornando aí obrigatório o respeito pelo princípio do contraditório. Na cobertura das doenças oncológicas, esse princípio nem sempre é cumprido. Nos casos positivos, a tendência é citar-se uma única fonte como se aquilo que se expõe fosse uma verdade absoluta e não algo vulnerável à discussão a partir de outros pontos de vista ou fontes.

Gráfico 2: Número de fontes citadas nas peças noticiosas sobre doenças oncológicas (2010-2018)



No que diz respeito ao estatuto da fonte, regista-se uma percentagem considerável de fontes de informação especializadas do campo da saúde. Dentro destas salientam-se os médicos (que falam mais enquanto detentores de cargos) e os investigadores (que falam mais a título individual enquanto autores de projetos de investigação). Os documentos, particularmente os especializados (estudos científicos), também apresentam alguma produtividade. Estes dados testemunham uma inclinação dos jornalistas para valorizarem a investigação médica e as respetivas fontes, quando falam de doenças oncológicas. Sublinhe-se que a tematização também dá alguma prioridade a atos médicos e aí é natural que sejam os próprios médicos os profissionais mais ouvidos. Dentro deste grupo, os oncologistas são os mais citados (43 por cento), seguidos dos cirurgiões gerais (6 por cento) e dos gastroenterologistas (3 por cento). As restantes especialidades apresentam frequências muito residuais e dispersas por várias categorias.

Quadro 1: Estatuto das fontes de informação citadas nas peças noticiosas sobre doenças oncológicas (2010-2018)

Estatuto da fonte	Dentro/Fora do campo da saúde	Percentagem
Oficiais	Campo da saúde	15.6
	Fora do Campo da saúde	2.5
Especializadas institucionais	Campo da saúde	24.3
Especializadas não institucionais	Campo da saúde	12.8
Outros profissionais	Fora do campo	4.1
Documentos	Campo da saúde	9.3
	Fora do Campo da saúde	2.6
Media		9.8
Pacientes		13.2
Cidadãos		2.9
Outros		2.9

Embora não reúnam números expressivos, os pacientes adquirem na mediatização do cancro alguma expressividade: 13 por cento. Tais números não se devem às reportagens publicadas que apenas somam 5 por cento contra os 89 de notícias (a restante percentagem pertence às entrevistas). Justificam-se pela extensão dos textos. Quando os jornalistas têm mais espaço e juntam-se mais do que duas fontes, os pacientes ganham muitas vezes voz. Isso contraria o “viés de despersonalização” de que fala Hanson e a sua equipa (2017), quando o discurso noticioso apaga dos respetivos textos os doentes. Todavia, os doentes são chamados quase sempre para falar do domínio do sentir e não pensar, exatamente o oposto daquilo que se pede às fontes oficiais e especializadas. Estas últimas são ouvidas para apresentar factos ou explicar o que está a acontecer. Os doentes falam do seu dia-a-dia, quase nunca contrariando as narrativas oficiais ou dos peritos. Ainda que possam falar das dificuldades que a doença faz pesar no respetivo quotidiano, essas vozes quase nunca surgem em confronto direto com aqueles que decidem. Antes são muitas vezes atiradas para o final do texto, atenuando-se assim a força de reações que poderiam ser mais valorizadas, se puxadas para um lugar de maior destaque. Por exemplo, para *lead*.

Relativamente a profissionais fora do campo da saúde, as percentagens registadas são todas muito residuais, com a exceção dos partidos políticos, salientando-se nesse grupo os diferentes presidentes/coordenadores (4 por cento). Normalmente esses atores surgem em reação às decisões do governo ou de instituições tuteladas pelo poder central.

Os cidadãos, enquanto figura pública ou anónima, não têm aqui grande relevância, mas isso não é um traço distintivo na cobertura das doenças oncológicas. É uma característica da imprensa nacional que, nos diversos campos, não valoriza as vozes comuns.

Conclusões

O estudo aqui apresentado permite concluir que, na cobertura das doenças oncológicas, não há um jornalismo da saúde próprio da imprensa de referência e outro característico dos jornais populares. Os resultados das variáveis em análise (modo de tratamento de temas e escolha de fontes) não mostram diferenças significativas entre jornais. Isso deve-se ao facto de todos integrarem jornalistas que fazem a cobertura da saúde há vários anos, seguindo um tipo de jornalismo livre na escolha dos acontecimentos a cobrir, mas muito próximo no modo como essa mediatização é feita. Portanto, não se confirma a primeira hipótese por nós fixada.

A segunda hipótese também não se confirma. A prevenção não é muito valorizada e os atos clínicos não constituem um tópico prioritário. Antes sobressai a força da investigação médica que ganha aqui espaço através dos estudos feitos em diferentes centros de investigação. Essa visibilidade resulta de vários fatores: os estudos incorporam um elemento de novidade que, em jornalismo, é um valor-notícia com muita força; num contexto de crise financeira que nunca largou as redações desde 2008 (Lopes, 2015), os jornalistas têm mais dificuldade em serem proactivos, dependendo mais de assessorias de imprensa que, nos casos das universidades, se revelam particularmente dinâmicas na divulgação da investigação (Magalhães, 2020).

Deste nosso estudo sobressaem as fontes especializadas conformando parte da hipótese 3. São muitos os autores que atestam que os especialistas (como os cientistas e os médicos) desempenham um papel preponderante no âmbito da cobertura jornalística da Saúde, da Ciência e, conseqüentemente, da Investigação Médica (Conrad, 1999; Hanson et al., 2017; Nelkin, 1987; Nisbet, Brossard, & Kroepsch, 2003; Stroobant, Dobbelaer, Raeymaeckers, Stroobant, & Dobbelaer, 2018). Este trabalho junta um dado particularmente importante: há uma extensão desse traço para a cobertura das doenças. Refira-se que essa investigação médica não se torna visível através de comunicados, mas através de *papers* publicados em revistas científicas ou entrevistas a cientistas. Se a presença de *press releases* não é notada nas peças noticiosas, isso não significa a ausência de organizadas assessorias de imprensa. Essa influência existe, como já reconheceram os jornalistas que fazem a cobertura em saúde em entrevistas feitas no âmbito de outros trabalhos (Araújo, 2017). A literatura reconhece não só que os comunicados das revistas científicas e das instituições académicas influenciam o conteúdo dos media generalistas no que se refere à investigação médica, como essa cobertura influencia o conhecimento, as crenças e os comportamentos do público e até dos prestadores de cuidados de saúde (Wang, Bolland, Gamble, & Grey, 2015). Selvaraj acrescenta que essa cobertura pode até condicionar a investigação científica (Selvaraj et al., 2014). Os cientistas são, portanto, a força motriz por detrás do noticiário de saúde que aborda a vertente da investigação em Medicina. São estas fontes altamente especializadas que, de forma direta ou indireta (através dos artigos científicos e outros documentos), dominam os temas que vêm a público (Magalhães, 2020). Há autores que afixam que utilização deste tipo de fontes no âmbito do jornalismo da saúde está em crescimento (Albæk, 2011; Stroobant, et al., 2018), como “consequência lógica da natureza às vezes complexa dos tópicos de saúde” (Stroobant, et al., 2018). Se, por um lado, o crescimento destas fontes levanta dificuldades aos jornalistas, na medida em que pode obrigar a um exigente trabalho de tradução; por outro lado, oferece-lhes “legitimidade compensatória” (Albæk, 2011; Stroobant, et al., 2018). Ou seja, estas fontes médico-científicas, de natureza académica, altamente especializadas, confirmam, muitas vezes, as conclusões a que os jornalistas já chegaram, com a vantagem de poderem ser citados de forma direta e com o selo de

credibilidade que as suas afiliações a instituições científicas, clínicas e/ou académicas lhes outorgam junto do público. Essa garantia de qualidade, percebida pela sociedade, constitui uma valiosa vantagem deste tipo de fontes e serve de suporte e de escudo aos jornalistas que cobrem este *beat*.

No que diz respeito aos doentes e ao cidadão comum, os jornais portugueses valorizam-nos mais nas doenças oncológicas do que quando fazem a cobertura de outras doenças, como documentam outros estudos nossos (Lopes, 2013). Mas essas fontes nunca assumem grande visibilidade, como testemunham os resultados aqui apresentados. Normalmente não são protagonistas de textos com apenas uma fonte, integrando antes peças noticiosas onde aparecem já fontes oficiais e especializadas, tendo assim um papel mais subalterno, ora assumindo uma fragilidade de uma situação em relação à qual demonstram pouco ou nenhum controlo, ora contando estórias de vida marcadas por um traço emocional. Vários estudos por nós desenvolvidos (Lopes, 2013) e outros feitos noutras geografias mostram que os pacientes e os seus representantes são fontes subrepresentadas e muitas vezes silenciadas no que se refere ao espaço mediático (Araújo, 2017; Collins, Abelson, Pyman, & Lavis, 2006; Conrad, 1999). Hivon *et al.*, num trabalho de 2010, sugerem que o criticismo relativo à subrepresentatividade dos grupos de cidadãos afetados pelos temas biomédicos tratados nos media pode ser excessivo, na medida em que o espaço dado a estes atores varia de acordo com o tema tratado (Hivon *et al.*, 2010, p. 45). Os resultados desta equipa de investigadores “demonstram que o padrão da utilização das fontes é variável e inclui grupos tipicamente vistos como vulneráveis; e as visões expressadas pelas fontes marginais preenchem lacunas de informação e adicionam *nuanças* às estórias, sobretudo através da enfatização dos aspetos não abordados pelas vozes dominantes” (Hivon *et al.*, 2010, p. 45). Este trabalho atesta estas duas hipóteses no que diz respeito à mediatização das doenças oncológicas.

Referências bibliográficas

- Albæk, E. (2011). The interaction between experts and journalists in news journalism. *Journalism*, 12(3), 335–348. <https://doi.org/10.1177/1464884910392851>
- Amend, E., & Secko, D. M. (2012). In the Face of Critique: A Metasynthesis of the Experiences of Journalists Covering Health and Science. *Science Communication*, 34(2), 241-282.
- Araújo, R. (2017) Dinâmicas de Construção do Noticiário de Saúde: Uma Análise da Imprensa Generalista Portuguesa (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Arroyave, J. (2012). Health, News, and Media Information. In R. Obregon & S. Waisbord (Eds.), *The Handbook of Global Health Communication* (pp.194-214). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell.
- Aston, K. (1999). Communication - Yes, but does it work? Paper presented at the The WHO European Health Communication Network Consultation on Health and Environmental Communication Policy, Moscow, Russia.
- Besley, J. C., & Tanner, A. H. (2011). What Science Communication Scholars Think About Training Scientists to Communicate. *Science Communication*, 33(2), 239-263.
- Boyce, T. (2007). *Health, Risk and News. The MMR Vaccine and the Media*. New York: Peter Lang Publishing
- Briggs, C. L. (2011). On Virtual Epidemics and the Mediatization of Public Health. *Language & Communication*, 31(3), 217-228.

- Espanha, R. (2009). *Projectos de Autonomia numa Sociedade em Transição: Os Media e a Saúde*. (Tese de Doutoramento), ISCTE, Lisboa.
- European Commission (2014). Eurobarometer: Public Perceptions of Science, Research and Innovation. European Commission. Retirado de: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/209b5896-4f0c-4cce-8a5b-476c5f4a799e/language-en>
- Forsyth, R., Morrell, B., Lipworth, W., Kerridge, I., Jordens, C. F., & Chapman, S. (2012). Health Journalists' Perceptions of Their Professional Roles and Responsibilities for Ensuring the Veracity of Reports of Health Research. *Journal of Mass Media Ethics*, 27(2), 130-141.
- Hanson, H., O'Brien, N., Whybrow, P., Isaacs, J.D., & Rapley, T. (2017). Drug breakthrough offers hope to arthritis sufferers: qualitative analysis of medical research in UK newspapers. *Health Expectations*, 20(2), 309-320.
- Hinnant, A., Jenkins, J., & Subramanian, R. (2015). Health Journalist Role Conceptions. *Journalism Practice*, 10(6), 763-781.
- Hivon, M., Lehoux, P., Denis, J. L., & Rock, M. (2010). Marginal voices in the media coverage of controversial health interventions: how do they contribute to the public understanding of science? *Public Understanding of Science*, 19(1), 34–51. <https://doi.org/10.1177/0963662508088668>
- Hodgetts, D. (2012). Civic journalism meets civic social science: foregrounding social determinants in health coverage. *Comunicação & Sociedade*, Número Especial, 23-38.
- Hodgetts, D., & Chamberlain, K. (2006). Media and health: a continuing concern for health psychology. *Journal of Health Psychology*, 11(2), 171-174.
- Hodgetts, D., Bolam, B., & Stephens, C. (2005). Mediation and the construction of contemporary understandings of health and lifestyle. *Journal of Health Psychology*, 10(1), 123-136.
- Iaboli, L., Caselli, L., Filice, A., Russi, G., & Belletti, E. (2010). The unbearable lightness of health science reporting: a week examining Italian print media. *PLOS ONE*, 5 (3), e9829.
- Kruvand, M. (2012). "Dr. Soundbite": The Making of an Expert Source in Science and Medical Stories. *Science Communication*, 34(5), 566-591.
- Lai WY, Lane T, Jones A (2009) Sources and coverage of medical news on front pages of US newspapers. *PLoS One*, 4: e6856.
- Lantz JC, Lanier WL (2002) Observations from the Mayo Clinic national conference on medicine and the media. *Mayo Clinic Proceedings* 77 (12) 1306–1311.
- Lopes, F. (2015). *Jornalista: profissão ameaçada*. Lisboa: Aletheia.
- Lopes, F. et al (2013). *A Saúde em Notícia: repensando práticas de comunicação*. Ed. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho. Disponível em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1651/1591
- Riggulsford, M. (2013). *Health and Medical Public Relations*. New York: Routledge.
- Magalhães, O. E. (2020). *Investigação Médica na Imprensa Portuguesa – diagnóstico e recomendações terapêuticas* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga (no prelo).
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar – Um estudo sobre a produção das notícias*. Porto: Campos das Letras
- Schafer, M. S. (2012). Taking stock: A meta-analysis of studies on the media's coverage of science. *Public Understanding of Science*, 21(6), 650-663.

- Schiavo, R. (2014). *Health Communication. From theory to practice* (2nd ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Selvaraj, S., Borkar, D. S., & Prasad, V. (2014). Media coverage of medical journals: do the best articles make the news? *PLOS ONE*, 9 (1), 1-5.
- Signorielli, N. (1993). *Mass Media Images and Impact on Health: A Sourcebook*. USA: Greenwood Press.
- Slooten, E. v., Friedman, D. B., & Tanner, A. H. (2013). Are We Getting the Health Information We Need from the Mass Media? An Assessment of Consumers' Perceptions of Health and Medical News. *Journal of Consumer Health on the Internet*, 17(1), 35-53.
- Smith DE, Wilson AJ, Henry DA (2005) Monitoring the quality of medical news reporting: Early experience with media doctor. *Medical Journal of Australia*, 183 (4) 190–193
- Stamm, K., Williams, J. W., Noe, P. H., & Rubin, R. (sem data). *Helping Journalists Get It Right*, 4404, 138–145.
- Stroobant, J., De Dobbelaer, R., & Raeymaeckers, K. (2018). Tracing the Sources: a comparative content analysis of Belgian health news. *Journalism Practice*, 12(3), 344–361. <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1294027>
- Tanner, A. H., & Friedman, D. B. (2011). Authorship and Information Sourcing for Health News on Local TV Web Sites: An Exploratory Analysis. *Science Communication*, 33(1), 3-27.
- Viswanath, K., Blake, K. D., Meissner, H. I., Saiontz, N. G., Mull, C., Freeman, C. S., Croyle, R. T. (2008). Occupational Practices and the Making of Health News: A National Survey of U.S. Health and Medical Science Journalists. *Journal of Health Communication*, 13(8), 759–777.
- Wang, M.T.M. Bolland, M.J., Gamble, G. & Grey, A. (2015). Media Coverage, Journal Press Releases and Editorials Associated with Randomized and Observational Studies in High-Impact Medical Journals: a Cohort Study. *PLOS ONE*, 10 (12), e0145294.
- Woloshin, S., Schwartz, L.M., Casella, S.L., Kennedy, A.T., & Larson, R.J. (2009). Press Releases by Academic Medical Centers: Not So Academic? *Annals of Internal Medicine*, 150 (9), 613.

Submitted: 10th October 2019

Accepted: 27th April 2020

How to quote this article:

Magalhães, O.; Lopes, F.; Araújo, R. (2020). Doenças oncológicas em notícia: a força da investigação médica. *Observatorio*, 14(3), 120-133.